

DocuSigned by:
Assinado por: JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA 0473224907
CPF: 0473224907
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 15:03:29 BRT
ICP-Brasil
06AFCDF519C4717ABAE1ACD4719973C

José Rivaldo Leite da Silva

**Diretor Vice-Presidente – Comercial e
Marketing**

DocuSigned by:
Assinado por: JAIME SOARES BATISTA 1824894986
CPF: 1824894986
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 09:54:44 BRT
ICP-Brasil
2658B3001A3440A828FCDD911EB053

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel

DocuSigned by:
Assinado por: LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA 2869547064
CPF: 2869547064
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 18:20:25 BRT
ICP-Brasil
72C0FB6D03D4048D68D518BE2886

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor de Marketing

DocuSigned by:
Assinado por: EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL 05687213830
CPF: 05687213830
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 16:42:31 BRT
ICP-Brasil
8E4F8EE9C0A1A296CF8971F22A70B5

Eva Vazquez Montenegro Miguel

Diretora de Produção

DocuSigned by:
Assinado por: LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES 87446767734
CPF: 87446767734
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 11:34:39 BRT
ICP-Brasil
A0G4F8424E6048E5A935681483059BA5

Luiz Felipe Milagres Guimarães

Diretor de Atendimento

DocuSigned by:
Assinado por: MARCOS ROGERIO SIRELLI 24918161804
CPF: 24918161804
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 12:23:18 BRT
ICP-Brasil
04403E83B8D1A0DCA58992C1C037C9F

Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação

DocuSigned by:
Assinado por: ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES 17432089676
CPF: 17432089676
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 08:22:51 BRT
ICP-Brasil
E31FBA9FA5824C2B8F2CDBA6D351E814

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica e Riscos

DocuSigned by:
Assinado por: MARCOS ROBERTO LOUÇÃO 05723291940
CPF: 05723291940
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 11:41:16 BRT
ICP-Brasil
173391880C81448DAF4F83958893792D

Marcos Roberto Loução

**Diretor Vice-Presidente – Negócios
Financeiros e Serviços**

DocuSigned by:
Assinado por: SAMI FOGUEL 06FCF966868C4DB...
CPF: 06FCF966868C4DB...
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 11:11:52 BRT
ICP-Brasil

Sami Foguel

Diretor Vice-Presidente

DocuSigned by:
Assinado por: FABIO OHARA MORITA 12868022842
CPF: 12868022842
DataHora da Assinatura: 27/04/2022 19:11:52 BRT
ICP-Brasil
4C08B7F8A05A7C0B0F0A710D120E78F

Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico

DocuSigned by:
Assinado por: RAFAEL VENEZIANI KOZMA 2041831816
CPF: 2041831816
DataHora da Assinatura: 27/04/2022 08:07:13 BRT
ICP-Brasil
E0087DA0FF8A8D538F9F81A0370A4115B

Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria

DocuSigned by:
Assinado por: LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA 80161464268
CPF: 80161464268
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 14:21:00 BRT
ICP-Brasil
07C08888D04D4C489FC2843C305F81F2

Luiz Vicente Guaranha Lapenta

Diretor de Precificação

DocuSigned by:
Assinado por: MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA 11268157805
CPF: 11268157805
DataHora da Assinatura: 27/04/2022 10:51:55 BRT
ICP-Brasil
0DE11E3L4001454B983A773C43D895A7

Marcelo Sebastião da Silva

Diretor de Serviços

DocuSigned by:
Assinado por: JARBAS DE MEDEIROS BACIANO 24078471871
CPF: 24078471871
DataHora da Assinatura: 28/04/2022 10:51:55 BRT
ICP-Brasil
0TABF61C243E40328513A7D01C62167

Jarbas de Medeiros Baciano

Diretor de Produto – Ramos Elementares

DocuSigned by
Carolina Helena Zwarg
Signed By: CAROLINA HELENA ZWARG 20213583677
CPF: 29315883677
Signing Time: 28/04/2022 13:43:30 BRT
ICP-Brasil
8FAA3007B505B48CB9AABF8D05F5E724CB

Carolina Helena Zwarg

Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DocuSigned by
Carlos Eduardo Naegeli Gondim
Assinado por: CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
CPF: 05285404729
Assinatura da Assinatura: 26/04/2022 13:07:04 BRT
ICP-Brasil
75AD2950548648B4B8C11CD85020A61

Carlos Eduardo Naegeli Gondim

Diretor de Produto – Seguros de Pessoas

DocuSigned by
Izak Benaderet
Signed By: IZAK RAFAEL BENADERET 12933929809
CPF: 12933929809
Signing Time: 29/04/2022 16:09:58 BRT
ICP-Brasil
83BC38E3364640AA2C93A263FE192C8

Izak Rafael Benaderet

Diretor

DocuSigned by
Nelson Santos Aguiar
Signed By: NELSON SANTOS AGUIAR 21804859800
CPF: 21804859800
Signing Time: 26/04/2022 16:04:14 BRT
ICP-Brasil
812296D0015C4D7EBD01779F3E742F34

Nelson Santos Aguiar

Diretor

DocuSigned by
Tiago Violin
Signed By: TIAGO VIOLIN 20041552897
CPF: 28341802907
Signing Time: 26/04/2022 11:43:29 BRT
ICP-Brasil
83DABDCFECD47A7AA208A828CCE2488

Tiago Violin

Diretor

DocuSigned by
Marcelo Zorzo
Signed By: MARCELO ZORZO 44239164008
CPF: 44239164008
Signing Time: 27/04/2022 19:08:50 BRT
ICP-Brasil
8A9F1470C7C47A517145147539C2D09

Marcelo Zorzo

Diretor

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.986.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Quilânzaga, 1238 - Campo Elíptico - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

RESUMO DE DESEMPENHO

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício de 2023 R\$ 15.828,2 milhões, com aumento de R\$ 2.044,3 milhões ou 14,8% em relação ao ano anterior.

Despesas administrativas

Em 2023, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 12,9%, com redução de 1,2 ponto percentual em relação ao exercício anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2023 R\$ 597,7 milhões, com aumento de R\$ 251,3 milhões, ou 72,5% em relação ao ano anterior. O resultado do exercício foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em renda variável.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2023 foi de 89,6%, redução de 7,2 pontos percentuais em relação aos 96,8% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2023 foi de 86,1%, com redução de 7,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente da redução do índice de sinistralidade.

Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2023 R\$ 1.711,7 milhões, com aumento de R\$ 1.036,9 milhões ou 153,7% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 2,41 no ano e R\$ 1,12 no exercício de 2022.

Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos no montante de R\$ 293,3 milhões no ano de 2023. Do total investido, R\$ 196,3 milhões foram destinados a "software" e R\$ 97,0 milhões a sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais de cada título.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Segundo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a geração de valor com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioambientais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas. Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado "pouso-suave" (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50%, devem ser gradualmente alocados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este ativo monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (ativos, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes supracitados, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra na Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permaneceram no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Assim, a situação dos mercados globais também refletirá sobre a possibilidade de que a dinâmica de

crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira e semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permaneceu baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda das pressões dos alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também amoleceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, de outros componentes (alimentação e bens industriais) temos de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os efeitos desta estera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre. Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas como ponto de partida na pesquisa Focus do Banco Central acima da meta. Ou seja, a condução mais restrita da política fiscal ajudará em reduzir o nível da Selic termal. Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	De 2023	De 2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	De 2023	De 2022
Circulante		11.396.934	9.456.259	Circulante		12.129.542	10.176.401
Disponível		59.484	81.343	Contas a pagar		1.327.200	833.321
Caixa e bancos		59.484	81.343	Obrigações a pagar	18.1	562.803	184.071
Equivalentes de caixa	7	51.171	616.062	Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	443.404	360.225
Aplicações	8	2.519.269	1.349.027	Encargos trabalhistas		107.106	100.756
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.146.871	5.214.313	Empréstimos e financiamentos	19	158.711	119.365
Prêmios a receber	9.1	6.012.216	5.039.456	Impostos e contribuições		50.908	65.910
Operações com seguradoras		100.495	128.453	Outras contas a pagar		4.268	2.394
Operações com resseguradoras		34.160	46.404	Debitos de operações com seguros e resseguros	20	580.254	597.790
Outros créditos operacionais		251.162	167.459	Prêmios a receber		10.989	15.070
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	178.339	156.157	Operações com seguradoras		12.885	5.030
Títulos e créditos a receber		233.013	233.978	Operações com resseguradoras		83.819	72.963
Títulos e créditos a receber	10	81.021	60.971	Corretores de seguros e resseguros	20.1	530.814	455.806
Créditos tributários e previdenciários	11	43.458	83.268	Outros débitos operacionais		41.747	48.311
Outros créditos		108.534	89.739	Depósitos de terceiros	21	54.532	9.183
Outros valores e bens	13	179.881	127.572	Provisões técnicas - seguros	22	10.989	8.703.229
Bens a venda		80.092	31.171	Danos		9.239.859	8.005.599
Outros valores		99.799	96.401	Reservas		426.197	370.279
Despesas antecipadas		110.132	67.165	Vida individual		370.963	327.351
Custos de aquisição diferidos	14	1.667.602	1.437.183	Outros débitos	23.2	30.597	32.888
Seguros		1.667.602	1.437.183	Debitos diversos		30.597	32.888
Não circulante		9.778.895	8.439.846	Não circulante		2.491.559	2.125.097
Restitutivo a longo prazo		5.138.392	4.692.820	Contas a pagar		434.672	187.895
Aplicações	8	2.537.059	2.312.397	Obrigações a pagar	18.1	90.578	71.178
Créditos das operações com seguros e resseguros		502.474	405.924	Títulos diferidos	11.1.3	333.566	74.735
Prêmios a receber	9.1	502.474	405.924	Empréstimos e financiamentos		10.528	41.982
Outros créditos operacionais		-	498	Provisões técnicas - seguros	22	1.028.036	965.608
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	12.557	14.032	Danos		888.515	844.378
Títulos e créditos a receber		1.792.771	1.682.553	Pessoas		100.996	86.492
Títulos e créditos a receber	10	6.070	6.422	Vida individual		32.525	34.738
Créditos tributários e previdenciários	11	710.554	667.840	Outros débitos		1.034.851	971.594
Depósitos judiciais e fiscais	12	1.072.890	1.014.873	Provisões judiciais	23	928.403	866.220
Outros créditos		3.257	3.919	Debitos diversos	23.2	106.448	105.374
Outros valores e bens	13	195.143	187.412	Patrimônio líquido	24	6.554.728	5.588.607
Custos de aquisição diferidos	14	98.398	80.014	Capital social		2.210.885	2.914.266
Seguros		98.398	80.014	Aumento/redução de capital (em aprovação)		1.423.914	391.575
Investimentos		2.860.059	2.031.552	Reservas de reavaliação		1.650	20.256
Participações societárias	15	2.860.059	2.031.552	Reservas de lucros	3.021.679	2.466.025	(203.519)
Imobilizado	16	277.156	279.856	Ajustes de avaliação patrimonial	(103.400)		
Imóveis de uso próprio		12.094	43.584				
Bens móveis		140.371	110.444				
Outras imobilizações		124.691	125.828				
Intangível	17	1.503.288	1.435.618				
Outros intangíveis		1.503.288	1.435.618				
Total do ativo		21.175.829	17.896.105	Total do passivo e patrimônio líquido		21.175.829	17.896.105

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Nota explicativa	De 2023	De 2022	Atividades operacionais	Nota explicativa	De 2023	De 2022
Lucro líquido do exercício		1.711.672	674.800	Lucro líquido do exercício		1.711.672	674.800
Ajustes para:				Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		196.336	176.030	Depreciação pela venda			
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos	(4.454)	(4.454)	(4.513)	Imobilizado		30.533	479.263
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível	1.442	(27.437)		Pagamento pela compra:			
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.139.345	2.114.539		Imobilizado		(97.019)	(98.745)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(519.865)	(93.108)	Intangível		(196.262)	(280.250)
Variação nas contas patrimoniais:				Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(262.748)	(162.075)
Ativos financeiros - aplicações	(1.394.904)	(372.745)		Atividades de financiamento			
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.029.356)	(1.516.427)		Distribuição de dividendos e JCP	24 e (1.129.697)	(283.247)	
Ativos de resseguro	(20.707)	(2.981)		Aquisição de empréstimos e empréstimos		18.728	
Créditos fiscais e previdenciários	39.311	(18.042)		Pagamento de empréstimos e empréstimos		(14.827)	(15.080)
Ativo fiscal diferido	(42.915)	(100.393)		Arrendamentos (exceto juros)			
Despesas antecipadas	(42.967)	22.912		Arrendamentos		(14.827)	(15.080)
Depósitos judiciais e fiscais	(58.017)	30.349		Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(1.144.524)	(279.599)
Custos de aquisição diferidos	(248.793)	(320.343)		Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		(595.750)	509.859
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		697.405	187.548
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		110.655	697.405

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

DANIELE GOMES
YOSHIDA-30
141081899Assinado eletronicamente
por DANIELE GOMES
YOSHIDA-30 em
18/02/2024 às 13:18
141081899

Esta publicação é controlada pelo Estadão e
é publicada na página de Relação com o
Investidor do Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site
<http://www.estadão.com.br/relacao-com-investidor>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guaiarapes, 1.238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



CONTABILIDADE

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		2.952.441	112.000	62.763	2.224.952	(189.094)	-	4.714.052
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		-	-	-	(220.000)	-	-	(220.000)
Aumento/Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/USEP nº 640		112.000	(112.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/USEP nº 707		86.000	-	-	-	-	-	86.000
Portaria CGRAJ/USEP nº 687		105.000	-	-	-	-	-	105.000
Portaria CGRAJ/USEP nº 845		10.000	-	-	-	-	-	10.000
Portaria CGRAJ/USEP nº 1.021		45.000	-	-	-	-	-	45.000
Portaria CGRAJ/USEP nº 1.172		20.000	-	-	-	-	-	20.000
Portaria CGRAJ/USEP nº 8.086		(16.175)	-	-	(1.321)	-	-	(17.496)
AGE de 28 de julho de 2022		-	20.000	-	-	-	-	20.000
AGE de 30 de agosto de 2022		-	213.965	-	-	-	-	213.965
AGE de 31 de outubro de 2022		-	135.614	-	-	-	-	135.614
AGE de 28 de dezembro de 2022		-	22.000	-	-	-	-	22.000
Reserva de reavaliação		-	-	(70.182)	-	-	70.182	-
Realização		-	-	27.675	-	-	-	27.675
Outros		-	-	-	(14.011)	-	-	(14.011)
Ajuste de períodos anteriores - controladas		-	-	-	79.020	-	-	79.020
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		-	-	-	(5.429)	-	-	(5.429)
Ações outorgadas controladora/controladas		-	-	-	-	(35.425)	-	(35.425)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	674.800	674.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição do resultado		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	-	(133.740)	-
Reservas estatutárias		-	-	-	369.074	-	-	369.074
JCP (R\$ 0,52 por ação)		-	-	-	-	-	(342.168)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		2.914.266	391.579	20.256	2.465.025	(203.519)	-	5.588.607
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	24 e	-	-	-	(577.789)	-	-	(577.789)
Aumento/Redução de capital	24 a	-	-	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/USEP nº 1.288		20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/USEP nº 1.324		213.965	(213.965)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/USEP nº 1.330		135.614	(135.614)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/USEP nº 1.446		22.000	(22.000)	-	-	-	-	-
AGE de 30 de maio de 2023		-	877.473	-	-	-	-	877.473
AGE de 31 de outubro de 2023		-	733.591	-	-	-	-	733.591
AGE de 10 de novembro de 2023		-	(187.150)	-	-	-	-	(187.150)
Portaria CGRAJ/USEP nº 119		(1.094.860)	-	-	-	-	-	(1.094.860)
Reserva de reavaliação	24 c	-	-	(28.141)	-	-	28.141	-
Realização		-	-	9.535	-	-	-	9.535
Outros		-	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	24 f	-	-	-	125.878	-	-	125.878
Ações outorgadas controladora/controladas	24 f	-	-	-	(73.298)	-	-	(73.298)
Ajustes de avaliação patrimonial	24 b	-	-	-	-	100.119	-	100.119
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.711.672	1.711.672
Proposta para distribuição do resultado		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	24 d (i)	-	-	-	30.583	-	-	30.583
Reservas estatutárias	24 d (ii)	-	-	-	1.050.280	-	-	1.050.280
JCP (R\$ 0,53 por ação)	24 e	-	-	-	-	-	(366.950)	-
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,42 por ação)	24 e	-	-	-	-	-	(292.006)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		2.210.885	1.423.914	1.650	3.021.679	(103.400)	-	6.554.728

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$; exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaiarapes, 1.238 - Campos Eliseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de seguradoras e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (%):

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Rosag Empreend. Participações S.A.	15,0%
Itausug Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itausug Participações S.A.	Participação
Banco Itaúcard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaúcard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúca - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.1. INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Reorganização Societária

O Grupo Porto se reorganizou societariamente em verticais visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço, potencializando sinergias que impulsionem o crescimento das operações. Em 14 de abril de 2023, foi aprovada a cisão dos ativos relativos aos investimentos na Porto Saúde com versão da parcela patrimonial onida no montante de R\$ 1.094.960 para a Porto Saúde Operações.

Em 30 de maio de 2023 (ratificado em 31 de outubro de 2023), foi aprovado o aumento de capital referente a reorganização societária das Investidas Anil Companhia de Seguros Gerais S.A. e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. nos montantes de R\$ 779.000 e R\$ 832.059, respectivamente.

Em 10 de novembro de 2023, foi aprovado a redução de capital referente a reorganização societária da investida Porto Uruguai no montante de R\$ 187.150.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas conforme com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de

Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referenciados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4. PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de voto ou acionista que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, incluindo, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, gerencialmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas, Anil Cia de Seguros, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOPTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou futuras serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

Circular SUSEP nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024 a Companhia desenvolverá um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por resseguidor individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não referenciado pela SUSEP.

2.6. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição oriundos, são segregados entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Prêmios. Os salvados são segregados, entre Circulante e Não Circulante, com base no comportamento de realização/liquidação de salvados após o pagamento de sinistro. Adicionalmente, a partir de julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios não ganhos entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas) não realizados, são reconhecidos no patrimônio líquido (liquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos não contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidade de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros resultados operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(v) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotado publicamente, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes controladas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior

continua



DANIELE GOMES YOSHIDA
30141081
899

Assinado de
forma digital por
DANIELE GOMES
YOSHIDA
2024.03.18
14:37:38 -03'00'



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, do Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site <https://www.estadao.com.br/relacao-com-o-investidor>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 81198364/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Quilãnas, 1238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos líquidos;
- Nível 2: cotados quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto;
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos e embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ABIMA. As cotas de valores de investimentos são valorizadas com base no valor da nota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos públicos são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificados na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e queda de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que não são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliada se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos a depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4.1 ATIVOS DE RESEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são realizadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.4.2 BENS À VENDA - SALVAGUOS

A Companhia estoca ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvaguardados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, gerados pela realização de contratos de cessão de resseguro com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvaguardados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regra da SUSEP.

3.4.3 DIREITOS A SALVAGUOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvaguardas e a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma agregada dos salvaguardas e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.5 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existirem) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das aplicações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são adicionados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas a manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.9 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.10 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.10.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP), avaliação de nível de provisão utilizado na avaliação dos contratos, entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de "Share Accounting" (contabilidade relata), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia por dia por seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a ocorrer contado a partir da data-base de cálculo;

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cuja vigência já se encerra e que estão em processo de emissão;

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativo e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de subsseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Suficientemente Avisados (IBNEF), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofreram ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNEF é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas;

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNEF) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas;

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas advocaciais e não advocaciais, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus prazos de liquidação, baseados nos fluxos atuariais.

3.10.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição de direitos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvaguardas e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similitudes. Para os passivos judiciais, quando aplicável, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicadas projeções adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tabuats biométricas. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP de acordo com a sua metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 56,7%, e o percentual de resseguro foi de 1,0%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvaguardas e ressarcimentos, foi comparado a soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvaguardas e ressarcimentos, foram comparados a soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvaguardas e ressarcimentos, foram comparados a soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.11 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de longo prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamto na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias (a Companhia patrona os planos administrados pela entidade Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões).

Benefícios pós-emprego também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou providências ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.12 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS CONTINGENTES E DEPOSITOS RECURSAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavoráveis implicando um desembolso futuro, segundo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revisadas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscal e previdenciária), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos inequivocamente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.13 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontados por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.14 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.14.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou durante da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.10.1a).

As despesas de resseguro decorrido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.14.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros decorrentes sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.15 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.16 IMPOSTO DE RENDAS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, nesse caso, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado a partir das bases de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos estão reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.17 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) das provisões técnicas; (iii) da provisão para risco de crédito ("impairment"); (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser afetada por valores ou desenvolvimentos diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurador já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões decorrentes são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes montantes representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

continua



DANILE GOMES
YOSHIDA 301
41081899



Esta publicação é certificada pelo Estadão e publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site www.estadao.com.br/relacao-com-o-investidor

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61198184/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Quitandinha, 1238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

para a contratação contém existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotização, e de catástrofes, agravando várias vezes seguidas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscção contratada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuárias, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Premiações atuárias	4.190	4.257
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	82.681	68.473
Sinistros - aumento de 50,0%	-	-

3.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

As identificações dos eventos de risco, são consideradas avaliações de eventos materializáveis ou não materializáveis que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chave os riscos perigosos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, análise de Danos de Perdas Operacionais - BPOQ, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A gestão das pessoas, o gerenciamento de risco operacional é exercido de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificação de riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

3.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os regulamentos regulatórios estabelecidos pela SUSEP e alinhados aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é aplicado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do limite e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Porto Seguro, tendo em vista o planejamento de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave do negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de teses de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Nesse sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por comitês interdepartamentais de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de solvência, relatório e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Nesse sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscção. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	6.554.728	5.588.607
(+) Ajustes contábeis	(4.488.644)	(3.810.304)
Participações societárias	2.695.564	2.003.552
Despesas antecipadas	(110.132)	(67.165)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(195.702)	(232.665)
Ativos intangíveis	(1.503.298)	(1.435.618)
DAC não diretamente relacionados a PPNG	(53.598)	(43.304)
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(6.213)	(17.640)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(6.213)	(17.640)
(+) Ajustes do PLA nível 1	(432.436)	(396.606)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitados a 15% do CMR (-)	(420.342)	(353.022)
Ativos urbanos, limitados a 14% do ativo total ajustado (-)	(12.094)	(13.584)
PLA de nível 1	1.647.435	1.454.057
Supervel entre provisões e fluxo realista de prêmios/contraresgates	1.093.075	1.005.743
PLA de nível 2	1.093.075	1.005.743
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitados a 15% do CMR (+)	420.342	353.022
Ativos urbanos, limitados a 14% do ativo total ajustado (+)	12.094	13.584
PLA de nível 3	432.436	396.606
Excesso de Nível 2 (-)	(112.277)	(182.022)
Excesso de Nível 3 (-)	(12.094)	(13.584)
Excesso de Nível 2 e 3	(124.371)	(225.606)
Participações líquido ajustado (PLA)	3.048.575	2.545.890
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	2.802.281	2.353.487
Capital de risco de subscção	2.521.609	2.128.206
Capital de risco de mercado	244.873	223.789
Capital de risco de crédito	191.587	145.422
Capital de risco operacional	108.998	60.959
Benefício da correlação entre riscos	(281.686)	(224.389)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	2.802.281	2.353.487
Suficiência de capital	248.294	187.313

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	51.171	51.062

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.409	-	1.409	1.248	-	1.248
Outras	2.116	-	2.116	1.871	-	1.871
	3.525	-	3.525	3.119	-	3.119
Fundos exclusivos						
NTNs	1.022.725	-	1.022.725	-	-	-
LFTs	739.967	-	739.967	749.899	-	749.899
Letras Financeiras - privadas	-	214.729	214.729	-	84.304	84.304
Cotas de fundos	186.951	-	186.951	171.009	-	171.009
Ações de companhias abertas	63.040	-	63.040	76.565	-	76.565
NTNs - B	3.265	-	3.265	-	-	-
Outros	-	287.283	287.283	-	80.985	80.985
	2.015.848	502.012	2.517.860	997.473	165.289	1.162.762
Total	2.019.373	502.012	2.521.385	1.000.592	165.289	1.165.881
Circulante	-	-	-	2.519.269	-	2.519.269
Não circulante	-	-	-	2.116	-	2.116

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas. cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria		
NTNs - B	1.746.737	1.582.127
LFTs	-	-
Total	1.746.737	1.582.127
Circulante	-	-
Não circulante	1.746.737	1.582.127

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:

(*) O valor de custo atualizado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.933.629 (R\$ 1.936.313 em 31 de dezembro de 2022).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - B	788.206	728.399
LFTs	-	-
Total	788.206	728.399
Circulante	-	-
Não circulante	788.206	728.399

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 777.850 (R\$ 818.336 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	4.277.466	3.398.764
Aplicações	4.783.111	3.807.887
Resgates	(4.623.756)	(3.154.579)
Rendimentos	569.045	288.316
Ajuste a valor de mercado	101.613	(62.922)
Saldo final	5.107.499	4.277.466

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia lida em consideração esses títulos de liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo circulante (*)	13.160.644	11.032.386
Passivo circulante	12.226.597	10.176.401
Índice de liquidez corrente	1,08	1,08

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA+	4,45	4,60
LFTs (SELIC + Aço/Deságio)	0,14	0,09
LTM	10,99	11,98
Carteira própria		
NTNs B - IPCA +	3,79	3,78

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios a receber de segurados	3.843.775	(6.103)
Prêmios a receber de segurados - líquido	1.023.734	906.310
Prêmios a receber de segurados - líquido	937.870	(2.819)
Riscos Financeiros	654.982	(12.240)
Patrimonial	34.863	(3.354)
Responsabilidade	37.217	(245)
Animal/Vital	8.421	(421)
	6.542.050	(27.380)
Circulante	6.012.216	-
Não circulante	502.474	-

9.1 COMPENSAÇÃO POR DÍVIDAS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer:	6.263.126	5.268.601
Vencidos até 30 dias	168.426	130.290
Vencidos 31 a 60 dias	29.638	19.638
Vencidos 61 a 120 dias	46.825	15.800
Vencidos 121 a 180 dias	15.670	7.265
Vencidos 181 a 365 dias	23.108	12.892
Vencidos acima de 365 dias	1.257	4.316
	6.542.050	5.458.823
Redução ao valor recuperável	(67.360)	(13.443)
	6.514.690	5.445.380

9.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	5.445.380	4.634.614
Prêmios encaixados	17.374.536	15.036.022
IDF	954.461	824.838
Adicional de fracionamento	63.721	61.431
Prêmios cancelados	(1.537.058)	(1.294.141)
Recuperações	(15.792.433)	(13.273.300)
Redução ao valor recuperável	(13.917)	3.040
Saldo final	6.514.690	5.445.380

9.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	13.443	16.483
Provisões constituídas	18.099	13.933
Reversões e baixas	312	(15.943)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(4.494)	(1.427)
Saldo final	27.360	13.443

9.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Automóvel	1 a 5	43,7%	50,0%
	6 a 11	47,7%	42,8%
	12	8,6%	7,2%

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	
Ramos Elementares	1 a 5	62,4%	57,0%
	6 a 11	31,7%	37,2%
	12	5,9%	5,8%
Vida	1 a 5	27,9%	28,3%
	6 a 11	6,9%	5,8%
	12	65,2%	65,9%

(*) Uma única ação da Companhia durante a pandemia foi disponibilizada a possuidores de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas vendas entre 6 a 11 parcelas.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Contas a receber - diversos	50.688	29.329
Direito a ressarcimento (i)	35.822	35.848
Dividendos e JCP	-	1.757
Outros	581	459
	87.591	67.393
Circulante	81.021	60.971
Não circulante	6.070	6.422

(*) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos riscos de seguro fiança:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022		
Expectativa de realização	Expectativa de realização	Expectativa de realização		
1º mês	4.665	57,4%	5.144	61,3%
2º mês	2.804	17,1%	3.513	13,5%
3º mês	2.184	5,9%	2.797	5,1%
4º mês	1.861	3,3%	2.297	3,3%
5º mês	1.584	1,7%	1.723	1,1%
7º mês	1.493	1,2%	1.571	0,7%
8º mês	1.411	0,7%	1.458	0,7%
9º mês	1.387	0,6%	1.287	0,4%
10º mês	1.335	0,6%	1.223	0,3%
11º mês	1.273	0,4%	1.135	0,3%
12º mês	1.256	0,4%	1.055	0,3%
13º ao 18º mês	6.532	0,3%	4.866	0,2%
19º ao 24º mês	4.206	1,6%	3.216	2,0%
25º ao 30º mês	1.716	1,3%	2.110	2,2%
Após o 30º mês	868	4,9%	496	0,8%
	35.822	100%	35.848	100%
Circulante	29.752	-	29.426	-
Não circulante	6.070	-	6.422	-

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	35.848	32.548
Constituições	1.275	3.525
Reversão	(1.301)	(205)
Saldo final	35.822	35.848

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PROVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	710.555	666.975
Imposto de renda	23.342	43.946
Contribuição social	5.888	19.992
PIS e COFINS	13.696	22.171
INSS	13.696	12.715
Ciutras	308	6.574
Ocultos	754.012	760.968
Não circulante	81.665	83.235
	710.554	667.640

(*) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022		
Constituição de ativos e passivos reversíveis	Constituição de ativos e passivos reversíveis	Constituição de ativos e passivos reversíveis		
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	331.888	220.835	(242.637)	310.086
Provisão de participação nos lucros	46.926	135.763	(79.780)	102.509
PIS e COFINS sobre PSL e INBR	58.817	58.817	(45.195)	94.303
IR CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-
Benefícios a empregados	115.403	34.894	(75.537)	74.780
Provisões para processos judiciais - civis e trabalhistas	17.755	8.621	(3.454)	22.055
Provisão para riscos sobre créditos	6.736	6.918	(5.466)	8.190
Otras provisões	33.760	116.117	(131.755)	69.124
	666.975	603.984	-	710.455

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/ME nº 01.198.764/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Galatas, 1.238 - Campos Elípticos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$. exceto quando indicado de outra forma)

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada período futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido. A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	585.549
2025	28.597
2026	10.662
2027	44.120
2028	3.294
2029 a 2031	11.326
Após 2031	27.207
Total - Ativo	719.555

11.1.3 PASSIVO

Natureza	Dezembro de 2022	Consti- tuição	Reversão	Dezembro de 2023
IR e CS sobre combinação de negócios				
(i)	-	257.801	(3.366)	254.435
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	32.514	11.900	(6.611)	37.803
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	11.743	75	(6.837)	4.981
IR e CS outros	30.478	5.309	-	36.287
(i) Vide nota explicativa nº 15.	74.735	275.845	(18.814)	333.566

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	2.607.218	813.573
(-) Participações nos resultados	(410.986)	(189.425)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	2.196.232	624.148
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(878.493)	(249.559)
Equivalência patrimonial	212.569	37.244
Juros sobre capital próprio	146.780	136.867
Inovação tecnológica	65.286	118.589
Incentivos fiscais	15.007	4.112
Outros	(45.709)	3.499
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	393.933	306.311
Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C)	(484.560)	50.652
Taxa efetiva (D/A)	22,1%	8,1%

12. DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (*)	584.962	553.407
Processos judiciais com adesão ao REFIN (*)	407.524	387.290
Sinistros	20.126	19.728
INSS	2.221	2.043
Outros	58.057	52.315
Total	1.072.990	1.014.873

(*) Vide nota explicativa nº 23.1(a)

13. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bens a venda - salvados (i)	175.883	111.420
Direito a salvados - estimados (ii)	102.380	86.155
Ativo de direito de uso (iii)	95.408	101.408
Cheques e ordens a receber	-	1.888
Almoxarifado	1.363	2.105
Total	375.034	314.984
Circulante	179.891	127.572
Não circulante	195.143	187.412

(i) Vide nota explicativa nº 13.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 13.2.

(iii) Vide nota explicativa nº 13.3.

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Permanência até 30 dias	61.925	50.978
Permanência de 31 a 60 dias	42.652	23.662
Permanência de 61 a 120 dias	42.939	19.191
Permanência de 121 a 365 dias	35.971	23.474
Permanência acima de 365 dias	18.672	14.526
Total	202.159	131.840
Redução ao valor recuperável (*)	(26.276)	(20.412)
Total	175.883	111.428

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS
A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Expectativa de realização	Reais realizações	Expectativa de realização	Reais realizações
	30.062	16,6%	29.802	15,6%
2º mês	15.548	43,1%	16.074	38,1%
3º mês	8.501	17,8%	8.470	21,1%
4º mês	6.252	4,9%	6.109	6,3%
5º mês	4.884	3,2%	4.962	3,4%
6º mês	3.986	2,2%	4.002	2,3%
7º mês	3.564	1,4%	3.274	1,9%
8º mês	3.182	0,9%	2.896	1,1%
9º mês	2.781	0,8%	2.517	0,9%
10º mês	2.441	0,6%	2.207	0,8%
11º mês	2.164	0,8%	1.929	0,7%
12º mês	1.878	0,5%	1.707	0,6%
13º ao 18º mês	7.967	0,4%	7.322	0,8%
19º ao 24º mês	3.858	1,8%	4.458	1,7%
25º ao 30º mês	1.672	0,8%	2.065	1,0%
Após o 30º mês	520	2,2%	461	3,7%
	102.380	100%	98.155	100%
Circulante	102.380		92.407	
Não circulante	-		5.748	

13.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	98.155	93.314
Constituições	4.225	6.005
Reversões	-	(1.164)
Saldo final	102.380	98.155

13.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Direito de uso	5,0 a 33,0	180.005
Taxa anual de depreciação (%)	64,597	64,597
Depreciação acumulada	95.408	148.289
Valor líquido	(46.881)	101.408

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

13.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Direito de uso	101.408	11.716	(17.716)	95.408

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Automóvel	1.052.874	952.331
Patrimonial	343.314	224.673
Riscos financeiros	190.557	177.582
Pessoas	157.314	135.369
Outros	21.931	27.242
Total	1.765.990	1.517.197
Circulante	1.667.602	1.437.183
Não circulante	98.388	80.014

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2023, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2022.

14.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	1.517.197	1.196.854
Constituições	3.065.532	3.065.532
Apropriação para despesa	(2.816.730)	(873.570)
Saldo final	1.765.990	1.517.197

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Saldo em 1º de janeiro de 2023	Resultado equivalente patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial/outros	Reorganização societária	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Participação (%)								
Porto Saúde (*)	1.001.712	37.530	(18.999)	-	-	74.717	(1.094.860)	-
Anul Seguros (*)	100,0	373.380	350.991	(215.108)	14.915	(48.201)	1.582	1.256.564
Porto Vita	100,0	313.650	31.899	(4.949)	12.198	(12.270)	7.992	348.450
Porto Unigral	100,0	157.237	28.957	-	-	956	(187.150)	-
Porto Capitalização	100,0	185.573	34.619	(66.000)	23.264	(5.000)	13	172.469
Itaú Auto e Residência (*)	100,0	-	35.869	(15.000)	-	(20.000)	204	99.541
Combinação de Negócios (**)	2.031.552	519.865	(320.056)	50.377	(85.471)	(8.415)	991.450	983.935
Total	2.031.552	519.865	(320.056)	50.377	(85.471)	76.919	586.813	2.850.059

(*) Reorganização societária conforme explicado na nota explicativa nº 1.1.

(**) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando a unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta a distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 26 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Decorrente da reorganização societária, destacada na nota explicativa nº 1.1, tal combinação de negócios passou a ser contemplada nos investimentos da Companhia.

15.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO AÇÃO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período além de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovadas pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionados à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento na perpetuidade
UGCs		
Itaú Auto e Residência	13,23%	3,51%
Porto Vita	12,80%	3,29%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

16. IMOBILIZADO

	Dezembro de 2023				Dezembro de 2022			
Taxas anuais de depreciação	Depreciação acumulada		Valor líquido		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	(%)	Custo	lida	Custo	Custo	lida	Custo	lida
Edificações (*)	2,4	10.625	(213)	10.412	52.007	(12.897)	39.110	
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	191.775	(67.084)	124.691	184.138	(58.310)	125.828	
Terrenos	-	1.692	-	1.692	4.474	-	4.474	
		204.082	(87.297)	136.785	240.619	(71.207)	169.412	
Informática	20,0 a 33,3	533.453	(392.805)	140.648	465.643	(359.189)	106.454	
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	70.551	(72.806)	(2.255)	78.942	(78.066)	876	
Rastreadores	100,0	4.699	(2.648)	2.051	6.174	(3.358)	2.816	
Equipamentos	10 a 14,3	32.011	(33.021)	(1.010)	32.577	(32.585)	(8)	
Veículos	20 a 25,0	8.279	(7.342)	937	7.290	(6.994)	306	
		648.993	(908.622)	140.371	590.628	(489.182)	110.446	
		853.075	(975.919)	277.156	831.245	(551.389)	279.856	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo liquido em dezembro de 2022	Aqui- sições Baias	Movimentações Despesa de depre- ciação	Outros transfe- rência	Saldo liquido em dezembro de 2023	
Edificações	39.110	-	(61)	(380)	(28.257)	10.412
Benefícios em imóveis de terceiros	125.828	10.209	-	(11.346)	-	124.691
Terrenos	4.474	-	(39)	-	(2.753)	1.692
Informática	169.412	10.209	(100)	(11.726)	(31.619)	136.785
Móveis, máquinas e utensílios	106.454	80.631	(248)	(44.308)	(1.881)	140.646
Rastreadores	876	75	(49)	(3.158)	1	(2.255)
Equipamentos	2.816	5.092	(108)	(5.434)	(315)	2.051
Veículos	(8)	(40)	(962)	-	(1.010)	-
Total	306	1.013	(20)	(362)	-	837
Total	110.444	86.811	(465)	(54.224)	(2.195)	140.371
Total	279.856	97.020	(565)	(65.950)	(33.205)	277.156

17. INTANGÍVEL

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
Taxas anuais amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
6,67 a						
"Software"	25,0	2.261.373 (791.073)	1.490.300	2.083.293 (662.487)	1.420.806	
Outros intangíveis	20	54.755 (41.767)	12.988	54.755 (39.343)	14.812	
	2.336.128 (832.840)	1.503.288	2.138.408	(702.430)	1.435.918	

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações			Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
		Adições	Depesas de amortização	Outros transferências	
"Software".....	1.420.806	196.262	(128.562)	1.794	1.490.300
	14.812	-	(1.824)	-	12.988
Outros intangíveis	1.435.618	196.262	(130.386)	1.794	1.503.288

18. CONTAS A PAGAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fornecedores	327.353	100.488
Participação nos lucros a pagar	206.663	70.687
Provisão benefícios a empregados (i)	90.578	71.177
Honorários a pagar	2.608	1.435
Outras	26.179	12.062
Total	653.381	255.849
Circulante	562.803	184.671
Não circulante	90.578	71.178

(i) Vide nota explicativa nº 34.2.

continua ->



DANIELE GOMES
YOSHIDA-30
141081899



Esta publicação é certificada pelo Estado e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site <http://www.estadao.com.br/relacao-investidor/>

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.988.654/0001-80

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Quilômetros, 1238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
IOF	362.106	299.105
INSS e FGTS	32.683	30.991
Imposto de renda retido na fonte	35.924	22.895
Outros	12.601	7.154
Total	443.404	360.225

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até 2026, em que são remunerados à taxa indexada ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Empréstimos bancários (i)	155.290	134.567
Financiamentos - Informática	13.242	28.780
Total	168.532	163.347
Circulante	158.711	119.365
Não circulante	10.821	41.982

(i) Ver nota explicativa nº 19.1.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
82.700	ITAU	2021	2024	2,4% CDI	114.453	99.190
8.109	ITAU	2022	2026 100% CDI + 1,90%		10.615	9.210
7.537	BRASESCO	2021	2024 100% CDI + 2,10%		10.253	8.886
6.135	BRASESCO	2022	2026 100% CDI + 2,24%		9.507	8.228
9.000	BRASESCO	2022	2026 100% CDI + 1,24%		10.462	9.054
Total					155.290	134.567

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.567	28.780	163.347
Atualização monetária/juros	20.723	1.996	22.719
Liquidação/reversão	(13.827)	(14.827)	(28.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	155.290	13.242	168.532

19.3 CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer	506.631	249.363
Vencidos de 1 a 30 dias	15.201	4.982
Vencidos 31 a 60 dias	2.405	23.892
Vencidos 61 a 120 dias	3.330	19.159
Acima de 120 dias	3.247	158.410
Total	530.814	455.806

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para liquidação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos estão integralmente centralizados na caixa entre 1 a 30 dias.

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Corretores de seguros e resseguros	530.814	455.806
Operações com resseguradoras	83.819	72.963
Operações com seguradoras	12.885	5.030
Prêmios a restituir	10.989	15.670
Outros débitos operacionais	680.254	597.780

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Administrativo										
Montante de sinistros avisados até a data-base	2.988	3.280	3.516	4.061	4.207	4.702	4.119	5.196	6.850	6.539
Dois anos mais tarde	3.033	3.334	3.550	4.121	4.256	4.782	4.255	5.364	7.135	-
Três anos mais tarde	3.031	3.342	3.555	4.128	4.272	4.801	4.272	5.380	-	-
Quatro anos mais tarde	3.034	3.343	3.557	4.133	4.278	4.805	4.292	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.038	3.344	3.560	4.122	4.280	4.787	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.039	3.347	3.561	4.123	4.281	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.041	3.347	3.561	4.124	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.044	3.347	3.561	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.044	3.347	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.045	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	3.045	3.347	3.561	4.124	4.281	4.787	4.292	5.388	7.135	8.539
Judicial										
Montante de sinistros avisados até a data-base	2.629	2.900	3.146	3.544	3.717	4.186	3.532	4.418	5.982	5.457
Dois anos mais tarde	3.044	3.343	3.551	4.104	4.258	4.782	4.262	5.353	7.083	-
Três anos mais tarde	3.066	3.358	3.565	4.119	4.277	4.809	4.291	5.366	-	-
Quatro anos mais tarde	3.072	3.362	3.568	4.126	4.294	4.816	4.287	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.080	3.364	3.571	4.128	4.286	4.785	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.084	3.371	3.572	4.129	4.280	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.091	3.371	3.573	4.123	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.093	3.371	3.561	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.094	3.347	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.044	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações	3.044	3.347	3.561	4.123	4.280	4.785	4.287	5.366	7.083	5.457
23.1 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO										
Passivo Juros a apropriar de contratos de arrendamento	206.091	11.716	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.091	11.716	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriação dos juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	(28.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.692	11.716	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466
23.2 DEBITOS DIVERSOS										
23.2.1 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO										
Passivo Juros a apropriar de contratos de arrendamento	206.091	11.716	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.091	11.716	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriação dos juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	(28.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.692	11.716	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466
23.2.2 DEBITOS DIVERSOS										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.091	11.716	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriação dos juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	(28.399)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.692	11.716	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466	15.466

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bruto de Liquidar de resseguro	414.081	366.631
Saldo inicial	(101.381)	(91.300)
Total pago no período	114.849	110.043
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(65.947)	(57.331)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	47.109	45.955
Atualização monetária e juros (i)	31.281	27.619
Saldo final	439.993	402.150
Quantidade de processos	10.546	8.371

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23. OUTROS DEBITOS

23.1 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1.1 PROVISÕES

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, civil e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da provisão de perdas das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscas (a)	871.095	821.831
Cíveis	36.176	21.390
Trabalhistas	21.132	22.299
Total	928.403	865.520

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição desses processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (i)	545.873	516.351
Processos com adesão ao REFIS (ii)	293.004	267.819
Coutos (iii)	32.518	37.661
Total	871.395	821.831

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.719/96, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Em Execução Fiscal movida em face da Companhia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.603, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, passará para a Companhia um crédito a recuperar perante a Receita Federal. Nas ações da Companhia, aguarda-se a atuação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da assistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) OUTROS

A Companhia questiona a exigência de imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso impetrado pela Companhia.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVISÓRIAS

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	821.831	22.999	21.390	865.220
Constituições	18.235	8.263	24.981	51.479
Encargamento de provisões	(16.008)	(7.706)	(7.706)	(31.420)
Pagamentos	(4.578)	(4.970)	(9.548)	(19.096)
Atualização monetária	47.037	2.332	2.481	51.850
Saldo em 31 de dezembro de 2023	871.095	21.132	36.176	928.403
Quantidade de processos	16	312	718	1.046

23.1.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, civil e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição desses processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais e previdenciárias (a)	850.598	733.843
Cíveis	196.283	183.877
Trabalhistas	8.216	5.005
Total	1.049.597	922.725

(a) Fiscais e Previdenciárias

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 407.419 (R\$ 287.602 de possível impacto no lucro líquido) e; (ii) questionamento através de atuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 206.623 (R\$ 153.958 de possível impacto no lucro líquido).

23.2 DEBITOS DIVERSOS

23.2.1 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Passivo Juros a apropriar de arrendamento	Passivo de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	206.091	11.716	217.807
Novos contratos	-	-	-
Apropriação dos juros	-	-	-
Pagamentos	(28.399)	-	(28.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.692	11.716	189.408
Circulante	-	-	-
Não circulante	-	-	-
Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos	-	-	-

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 3.634.799, dividido em 608.582.828 (unidades) ações ordinárias nominativas escrituras e sem valor nominal (R\$ 2.914.266 dividido em 608.488.297 unidades em 31 de dezembro de 2022). As aprovações de aumento/redução de capital realizada pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2023 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R\$
01 de fevereiro de 2023	1.208	20.000
28 de fevereiro de 2023	1.324	213.965
07 de março de 2023	1.330	135.614
24 de maio de 2023	1.446	22.000
11 de dezembro de 2023 (*)	119	(1.094.960)
Total	5.337	(793.381)

(*) A redução refere-se ao caso dos saldos de investimentos da Porto Saúde, decorrente da reorganização societária, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (ver nota explicativa nº 8.2).

continua



DANIELE GOMES
YOSHIDA:30
141081899

Assinada por
DANIELE GOMES
YOSHIDA:30
141081899



Esta publicação é certificada pelo Estádão e foi publicada na página de Relação com o Investidor - Estádão RI. Sua autenticação pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site [https://](https://www.estadão.com.br/relacao-com-o-investidor)

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61986164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Gualanês, 1238 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023				
(Em milhões de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)				
(c) RESERVA DE REAVALIAÇÃO				
Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R\$ 28.141 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 70.182 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.				
(d) RESERVAS DE LUCROS				
(i) Reserva Legal				
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 442.177 (R\$ 411.594 em 31 de dezembro de 2022).				
(ii) Reservas Estatutárias				
Essa reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, do modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas atividades ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R\$ 2.441.364 (R\$ 1.968.672 em 31 de dezembro de 2022).				
(iii) Outras Reservas				
Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 8.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.				
(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO				
De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (liquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no passivo de liquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2023 a Administração da Companhia aprovou as seguintes distribuições de dividendos a conta de reservas de lucros: (i) R\$ 95.000 em 31 de janeiro; (ii) R\$ 39.789 em 31 de março; (iii) R\$ 88.000 em 10 de abril; (iv) R\$ 35.000 em 30 de maio; (v) R\$ 50.000 em 30 de junho; (vi) R\$ 85.000 em 28 de setembro; (vii) R\$ 70.000 em 30 de outubro; e (viii) R\$ 115.000 em 22 de dezembro, totalizando R\$ 577.789. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.				
Em 2023, a Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 15 de junho, 28 de setembro e 27 de dezembro, a distribuição a seus acionistas de JCP nos valores de R\$ 158.695, R\$ 75.650 e R\$ 77.562 respectivamente, liquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação. Os dividendos mínimos foram calculados como segue:				
	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022		
Lucro líquido do exercício	1.711.672	674.600		
(-) Reserva legal - 5% (i)	(30.583)	(33.740)		
Realização da reserva de reavaliação	28.140	70.182		
Lucro líquido para distribuição do dividendo	1.709.229	711.042		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	427.307	177.811		
JCP distribuído - líquido (ii)	311.908	290.843		
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	115.399	-		
Dividendos intermediários	176.601	-		
Total de dividendos e JCP	803.905	290.843		
Total por ação (R\$)	0,85170	0,48390		
(i) O valor constituído referente ao exercício de 2023 foi limitado a 20% do capital social.				
(ii) Em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 366.950 destacado na DMPL, está incluído R\$ 55.042, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.				
(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES				
A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.				
O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.				
Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (i) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (ii) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (iii) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (iv) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.				
Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.				
As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior a data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.				
O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.				
O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, incluindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão dos beneficiários, nos termos do Plano 2018.				
A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:				
	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022		
Saldo inicial	87.325	13.734		
Diferimento do exercício	125.878	79.020		
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	-	-		
Saldo final	(73.298)	(5.429)		
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	139,305	87,325		
	28,92	29,33		
33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS				
As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:				
(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto.				
(ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física.				
(iii) Aluguéis dos prédios cobertos pela controlada Porto Vida.				
(iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde.				
(v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento.				
(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portosseg.				
(vii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.				
(viii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização.				
(ix) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.				
Os saldos a receber e por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:				
	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022		
Ativo				
Portosseg	1.501.464	1.433.550		
Azul Seguros	38.936	50.646		
Porto Saúde	13.463	13.054		
Porto Assistência	6.507	6.295		
Porto Conseg	9.094	5.941		
Porto Atendimento	5.666	5.779		
Itai Auto e Residência	3.611	3.182		
Porto Vida	1.596	2.446		
Portoapac	1.281	588		
Demais	6.064	6.829		
	1.587.682	1.528.319		
Receitas				
De dezembro de 2023	De dezembro de 2022	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022	
Demonstração do resultado				
Azul Seguros	319.062	496.531	-	-
Portosseg	235.097	160.927	(16.110)	(8.533)
Porto Saúde	142.691	132.708	(134.863)	(115.444)
Porto Atendimento	71.253	93.962	(43.951)	(86.520)
Porto Conseg	86.422	67.571	(20)	-
Itai Auto e Residência	11.020	40.526	-	-
Porto Vida	25.759	27.229	-	-
Serviços Médicos e	6.517	9.651	-	(458)
Porto Saúde Ocupacional	6.996	6.798	(69)	(10.019)
Proteção e Monitoramento	90.228	48.725	(1.193.537)	(453.850)
Porto Assistência	55.645	85.592	(49.865)	(40.717)
Demais	1.080.690	1.170.621	(1.438.414)	(705.623)
33.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE				
As transações com pessoal-chave da administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:				
	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022		
Participação nos lucros - administradores	104.862	75.593		
Honorários de diretoria e encargos	29.503	25.514		
	134.365	101.107		
34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS				
34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR				
A Companhia patrocinou dois planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios do CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portaria Previ - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.				
Em 31 de dezembro de 2023, os planos contavam com cerca de 4,8 mil (4,6 mil em dezembro de 2022) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 21.014 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 19.192 em 31 de dezembro de 2022).				
34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO				
A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:				
	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022		
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	71.178	66.316		
Custo dos benefícios	3.972	3.846		
Custo de juros	8.532	8.642		
Benefícios pagos	(12.837)	(5.568)		
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial	20.594	(926)		
Outros	(861)	867		
Saldo final do passivo	90.578	71.177		
As pressões atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais pressões utilizadas, em 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:				
Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,64%			
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%			
Inflação econômica (ao ano)	3,92%			
Inflação médica (ao ano)	4,00%			
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	3,92%			
35. LUCRO POR AÇÃO				
O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada na quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:				
	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.711.672	674.800		
Média ponderada do número de ações durante o exercício	709.063	601.045		
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	2,41399	1,12271		
36. OUTRAS INFORMAÇÕES				
RELATÓRIO COMITÊ DE AUDITORIA				
O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A. Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.				
37. DESPESAS COM TRIBUTOS				
	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022		
COFINS	(354.639)	(221.340)		
PIS	(57.630)	(35.980)		
Outras	(14.268)	(10.331)		
	(426.537)	(267.659)		
38. RESULTADO FINANCEIRO				
	De dezembro de 2023	De dezembro de 2022		
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	429.213	178.120		
Juros de títulos disponíveis para a venda	16.165	163.059		
Operações de Seguros	83.721	64.384		
Variações monetárias dos depósitos judiciais	57.420	53.643		
Outras	47.819	66.168		
Total de receitas financeiras	783.938	525.374		
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(48.112)	(44.938)		
Operações de seguros	(31.734)	(31.323)		
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(25.933)	(48.193)		
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(116.778)	(254.405)		
Despesas com empréstimos bancários	(22.293)	(19.140)		
Juros de arrendamento	(15.466)	(13.452)		
Outras	(42.690)	(17.231)		
Total de despesas financeiras	(186.228)	(178.947)		
Resultado financeiro	597.710	346.427		

DANIELE GOMES YOSHIDA:30 141081899

Assinado de forma digital por DANIELE GOMES YOSHIDA:30 141081899 Data: 2024.03.18 14:00:07 -0300



Esta publicação é certificada pelo Estadão e foi publicada na página de Relação com o Investidor do Estadão RJ. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site www.estadao.com.br/relacao-com-o-investidor

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.184/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1489 - Rua Guaranias, 1238 - Campo Elíptico - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



COMISSÃO		DIRETORIA	
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Presidente	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados	CAROLINA HELENA URBANO ZWARG Diretora de Gente e Cultura	CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM Diretor de Produto - Seguros de Pessoas
PAULO SÉRGIO KAKINOFF CEO Seguros	MARCOS ROBERTO LOUÇAO Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros	FÁBIO OHARA MORITA Diretor Técnico	JAIME SOARES BATISTA Diretor de Produto - Automóvel
PATRICIA CHACON JIMENEZ COO (Chief Operating Officer) - Seguros	SAMI FOGUEL Diretor Vice-Presidente	EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL Diretora de Produção	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor de Produto - Ramos Elementares
CELSONO DAMADI Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Atendimento	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor
LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	MARCOS ROGERIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação	IZAK RAFAEL BENADERET Diretor
			PAULO HENRIQUE GALLEGUILLAS CALDERON Diretor
			TIAGO VIOLIN Diretor
			DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA Diretor
			LUIZ VICENTE GUARANHIA LAPENTA Diretor
			MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Controladora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICISSIMO DE MELO - Atuarial - MBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.10 e 22, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 11.058.995 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de aplicação em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a priori presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e provisão complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridas e não avisadas e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimento dos contextos relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuantes para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e provisão complementar; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes serializando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão de adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento das transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das

demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante.

Independentemente se causada por fraude ou erro, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações

financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude e maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver e ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia da Paula da Silva Paz
Controladora CRC-SP198827/O



PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se exclusivamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativas e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade dos requisitos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e não se refere à qualidade e à valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requeridos, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro

Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S, CIDA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuarial - MBA 947



DANIELE
GOMES
YOSHIDA:30
141081899

Anuário de forma
digital em DANIELE
GOMES
YOSHIDA:30141081899
Data: 2024/02/18
14:03:33 -0300



Esta publicação é certificada pelo Estado e
foi publicada na página de Relação com o
Investidor, do Estadão RJ.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site
<http://certificado.estadao.com.br/publicacao/>

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balança encerrado em 31 de dezembro 2023

(valores em milhares de reais)

Ativo

Ativo Circulante – A C (*).....	13.143.671
Realizável a Longo Prazo – R L P.....	3.391.655
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	4.640.503
Ativo Total – AT.....	21.175.829

Passivo

Passivo Circulante – P C.....	12.129.542
Passivo Não Circulante – P N C.....	2.491.559
Patrimônio Líquido – P L.....	6.554.728
Passivo Total – PT.....	21.175.829

Indicador de Análise Econômico-Financeiro

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{16.535.326}{14.621.101} = 1,13$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{21.175.829}{14.621.101} = 1,45$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{A C}{P C} = \frac{13.143.671}{12.129.542} = 1,08$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{14.621.101}{21.175.829} = 0,69$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{6.554.728}{14.621.101} = 0,45$$

(*) Montante composto pelo saldo total do ativo circulante, somado ao saldo dos títulos disponíveis para venda no longo prazo. (vide nota explicativa 8.5).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Balança encerrado em 31 de dezembro 2023

Nota explicativa:

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2023, (vide nota explicativa nº. 8.5), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.746.737 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES Assinado de forma digital
por DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141
081899 YOSHIDA:30141081899
Dados: 2024.03.14
16:22:51 -03'00'

Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1



Termo de Transferência Externa

Nº do Termo: 2024/001419

Data da Movimentação: 07/11/2024

Prev. de Retorno: 31/12/2028

Cedente: 019000 - SECRETARIA DA SAUDE - SESAB

Destino: 13.897.111/0001-94 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

Endereço: RUA 19 DE MARÇO, 179 - CENTRO - 0024 - CAPELA DO ALTO ALEGRE - BA

Motivo: 115 - CESSÃO DE USO

Item	Patrimônio	Cód. Antigo	Descrição	Sit. Física	Valor (R\$)
1	00740757		VEICULO AMBULÂNCIA - COR: BRANCA - DESCRICAO: VEICULO, DE SERVICO ESSENCIAL DE SAUDE, ADAPTADA PARA AMBULANCIA PARA SUPORTE BASICO - TIPO A - ESPECIAL (SIMPLES REMOCAO DE PACIENTES SEM RISCO DE VIDA), TIPO CAMINHONETE, CABINE SIMPLES, TRACAO 4 X 4, DIESEL, PORTARIA GM/MS Nº 2.048, PARA VEÍCULOS DE ATENDIMENTO A EMERGENCIAS E RESGATE E DEMAIS NORMAS DO CONTRAN. DADOS TECNICOS: TRACAO: 4 X 4 COMBUSTIVEL: DIESEL. SEI: 019.4975.2024.0070553-86 ? AFM: 19.004.00458/2024 ? NF: 223291. - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX 4X4 - COMBUSTIVEL: DIESEL - ANO FABRICACAO: 2024 - ANO MODELO: 2024 - PLACA: SKG8182 - CHASSI: 8AJDA8CB2R6060400 - RENAVAM: 01413593388 - Nº DO MOTOR: 1GDG508099 - ATIVIDADE: SERVICO ESSENCIAL DE SAUDE - UTILIZACAO: AMBULANCIA SUPORTE BASICO TIPO A - UTILIZAÇÃO: REMOÇÃO DE PACIENTE	BOM	245.200,00

Total: 245.200,00

Autorizo a movimentação do(s) bem(ns) Patrimonial(is).

07/11/2024

Zorailde Martins de Oliveira

Coordenadora

Matrícula: 19.539.209-5

Ass./Carimbo Patrimônio

Ass./Carimbo Origem

Atesto que recebi os bens patrimoniais constantes neste termo, assumindo total responsabilidade pela guarda e zelo dos mesmos.

07/11/2024

Ass./Carimbo Destino

Ofício Circular nº 20/2024

Salvador, 07/11/2024

À

Prefeitura Municipal

A/c: Prefeito(a) Municipal

Assunto: Efetivação de Apólice de Seguro – Veículos cedidos ao Município.

Prezado(a) Prefeito(a),

Ao cumprimentá-lo(a), quanto aos veículos de propriedade do Estado da Bahia e cedidos a esse município, solicitamos o que segue.

Em atenção ao que dispõe(m) o(s) termo(s) de cessão de uso que deu(deram) suporte à entrega do(s) veículo(s) em favor desse município, solicitamos de V. Sa. que seja realizada a apólice de seguro conforme disposto na Cláusula Terceira- das Obrigações do Termo de Cessão de Uso:

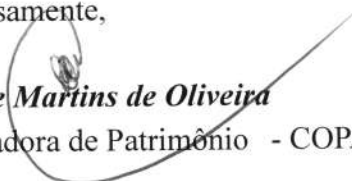
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

“V - Assumir a responsabilidade e as despesas com a segurança, conservação e manutenção do(s) bem(ns) cedido(s), inclusive seguro e custeio com a manutenção necessária...”

Solicitamos que seja encaminhada a essa Coordenação de Patrimônio cópia da apólice supracitada no prazo de 24hs, após o recebimento do veículo que o Município fora contemplado para e-mail: zorailde.oliveira@saude.ba.gov.br.

Certos da atenção desse município aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima, ao passo que nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos, especialmente através dos números 71-3115-4393/3115-4158.

Atenciosamente,


Zorailde Martins de Oliveira

Coordenadora de Patrimônio - COPAT

[illegible]



TOYOTA

Toyota do Brasil Ltda

AV Comandante Ismael Soares Barcellos, 3000

Distrito Industrial

Guarulhos - SP - CEP: 07211-000

Fone: (51) 3401-8080

DANFE

DOCUMENTO FISCAL DE NOTA FISCAL AUTENTICA

0 - ENTZADA 1 - SAÍDA

Nº 223291

SERIE 21

FOLHA 1 / 2

CHAVE DE ACESSO

4324 0959 1047 6000 0515 5502 1000 2232 9115 6696 1328

Carimila de autenticação no portal nacional do NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

RECEBEMOS DA EMPRESA

24324011701632 05/09/2024 09:06:58

066024120

0580114414

EMPRESA EMITENTE

BRASIL TRANSPORTES DE VEICULOS LTDA.

ENDEREÇO: AV LUIZ VIANA FILHO 400 4A AV PLAT

MUNICÍPIO: SALVADOR

ESTADO: BA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 05.816.630/0001-52

CNPJ: 05.816.630/0001-52

DATA DE EMISSÃO: 05/09/2024

VALOR TOTAL: 41745,000

UNIDADE: 0580115712

RECEBEMOS DA EMPRESA

24324011701632 05/09/2024 09:06:58

066024120

0580114414

EMPRESA EMITENTE

BRASIL TRANSPORTES DE VEICULOS LTDA.

ENDEREÇO: AV LUIZ VIANA FILHO 400 4A AV PLAT

MUNICÍPIO: SALVADOR

ESTADO: BA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 05.816.630/0001-52

CNPJ: 05.816.630/0001-52

DATA DE EMISSÃO: 05/09/2024

VALOR TOTAL: 41745,000

UNIDADE: 0580115712

INSCRIÇÃO FISCAL	22512	VALOR TOTAL DAS SERVIÇOS	0,00	VALOR DA LAJUELA DO IMPOSTO	0,00	DATA DE EMISSÃO	04.10.24
IMPOSTOS COLETADOS 1. Inf. Contribuinte: MARIA LORNA MOTOR IGE-ETV, COMERCIAL: ETESE-IT FERRAVAL: CANTHOMETE-TO CARROTERIA: CARROTERIA 2. Inf. Contribuinte: HEMILTON CARACIAS CARACALGATON: 1.010 KG, CAPACIDADE: 2 PASSAGEIROS, 2040V, 4 CILINDROS, 2 3. Inf. Contribuinte: PORTAL TRANS. NEN S VIL TRACAO 4 PESSOAS, 2.75 CM, 3.450 RPM, 15 VALVULAS, ANO FAB. 2024, ANO MODELO 2024, CMT: 6.500 KG, PBT: 4. Inf. Contribuinte: 2.000 KG, ESPECIE: FERRAVAL: URGEL-UP: REARDO POLAR SOLIC, NAL DO CHASSI: BZJRS-ELR-066406, COD MARCA/MODELO: RENAVAN: 231.762 5. Inf. Contribuinte: 1.700 KG, ESPECIE: FERRAVAL: URGEL-UP: REARDO POLAR SOLIC, NAL DO CHASSI: BZJRS-ELR-066406, COD MARCA/MODELO: RENAVAN: 231.762 6. Inf. Contribuinte: 3.917, RQF: OBRIGATORIOS: ITRIRIA: IMACAO/CABO: INCR/INCR/INCR, ANSANCIA DE RESTRIÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 3º DA LEI Nº 7. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 8. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 9. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 10. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 11. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 12. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 13. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 14. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 15. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 16. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 17. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 18. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 19. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 20. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 21. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 22. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 23. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 24. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 25. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 26. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 27. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 28. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 29. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 30. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 31. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 32. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 33. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 34. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 35. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 36. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 37. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 38. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 39. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 40. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 41. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 42. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 43. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 44. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 45. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 46. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 47. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 48. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 49. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 50. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 51. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 52. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 53. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 54. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 55. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 56. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEICULO: TUPPO 3500 QUATRI DA TRANSPARENCIA 12.741/2012 - VALOR APROXIMADO DOS 57. Inf. Contribuinte: 24.113/2015, ACQUANHA VEIC							

DETRAN-BA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

01413593388

PLACA

SKG8182

EXERCÍCIO

2024

ANO FABRICAÇÃO

2024

ANO MODELO

2024

NÚMERO DO CRV

244150518793



Valide este QR Code com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

58056171878

CAT

MARCA / MODELO / VERSÃO

I/TOYOTA HILUX FLASH AMB

ESPÉCIE / TIPO

ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF

*****/**

CHASSI

8AJDA8CB2R6060400

COR PREDOMINANTE

BRANCA

COMBUSTÍVEL

DIESEL

Documento emitido por DETRAN-BA (52C04DAD5F717A5F3B414AAS) em 26/03/2024 às 15:30:52

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



CATEGORIA

OFICIAL

CAPACIDADE

0.74

POTÊNCIA/CILINDRADA

204CV/2755

PESO BRUTO TOTAL

3.0

MOTOR

1GDG508099

CMT

6.5

EIXOS

2

LOTAÇÃO

06P

CARROCERIA

AMBULANCIA

NOME

FUNDACAO EST DE SAUDE DO EST DA BAHIA

CPF / CNPJ

05.816.630/0001-52

LOCAL

SALVADOR BA

DATA

26/09/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA☐ PARCELADOREPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT